



## **AS DIFICULDADES E ANSEIOS DA JUVENTUDE RURAL NA REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Mariana Beal Dengo

Hieda Maria Pagliosa Corona

### **RESUMO**

A agricultura familiar se vê ameaçada pela dificuldade de sobreviver em meio à produção moderna, neste contexto consegue garantir a reprodução social de apenas alguns jovens, especialmente os rapazes. O caminho para o desenvolvimento regional está na garantia de uma produção mais rentável, que relacione fortemente os jovens com a terra e garanta a continuidade da produção de alimentos. A ligação dos jovens com o meio rural envolve uma gama de novos significados que possibilitam o processo de recampesinação, moradia no campo e/ou sucessão familiar. Neste estudo é feita uma sondagem de campo para verificar a opinião dos jovens em relação aos diversos fatores que interferem na escolha entre o rural e o urbano. As agroindústrias se mostram como alternativa potencial para atrelar os jovens à agricultura familiar. O desenvolvimento regional depende de novas experiências que, por sua vez, precisam ser identificadas para a criação de novas políticas públicas.

**Palavras-chave:** Juventude rural. Agricultura Familiar. Sucessão familiar. Ressignificação do rural. Desenvolvimento regional.



## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é composta de características próprias que a difere de outros sistemas produtivos. Deve ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é a proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1996). Portanto, a autora ainda destaca que as ações no âmbito econômico e social estão fortemente relacionadas a este conceito.

No entanto a agricultura familiar não pode ser definida como um grupo homogêneo, de características pontuais e compartilhadas por todos. Lamarche garante que “a agricultura não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade” (LAMARCHE, 1993:14). Incluindo, dessa forma pequenos agricultores familiares e agricultores modernos que também desfrutam de características familiares e camponesas, em um mesmo grupo heterogêneo.

Segurança alimentar, reprodução sócio econômica das famílias rurais, preservação dos recursos naturais e da paisagem e o desenvolvimento territorial são funções dos agricultores familiares (BONNAL E MALUF, 2009). No entanto, a reprodução social está sendo comprometida em alguns espaços rurais por evasão dos jovens do campo (CARNEIRO, 1999; MENDONÇA et al. 2008), envelhecimento da população rural (GODOY, 2009) e pela negação ao casamento com filhos de agricultores por parte das jovens (STROPASOLAS, 2004). O processo pode ser explicado pela falta de oportunidades que possam inserir os mesmos na agricultura, falta de autonomia, pela forma como se dividem as atividades nos estabelecimentos e pela invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres (BRUMER, 2000).

De acordo com estudos feitos até o presente momento (CASTRO, 2005; 2009; MELLO et al., 2003; BRUMER, 2008; STROPASOLAS, 2004; CARNEIRO, 1999; GODOY et al., 2009; SILVA, 2012) a maioria dos jovens que saem do meio rural



são do sexo feminino, todos os migrantes estão interessados em uma vida melhor e alguns mantêm o desejo de voltar um dia para o campo. Além disso, existe um compromisso com a propriedade paterna, sendo que todos os entrevistados, nas diversas situações de pesquisa, mostraram preocupação com a continuação das atividades agrícolas ou, pelo menos, da moradia rural.

A reprodução da agricultura familiar é importante para manutenção do meio ambiente, da paisagem, dos alimentos diversificados e de qualidade, das diferentes culturas locais, para a economia local e ao conseqüente desenvolvimento territorial. Logo, estudar os fatores que estão alterando os processos de sucessão de terras e conhecimentos se mostra relevante para o desenvolvimento de novas políticas e ações em prol do desenvolvimento.

O objetivo geral deste trabalho é verificar os fatores que dificultam a permanência dos jovens no campo e os anseios que os mesmos possuem com relação ao futuro, mostrando se há diferenças entre jovens de sistemas variados de produção para um sistema de produção com indústria familiar rural. O primeiro objetivo específico é buscar, na literatura e em pesquisas realizadas, referências sobre o que dificulta a permanência dos jovens no meio rural, identificando os desafios enfrentados por eles. O segundo objetivo específico é identificar nas respostas, obtidas nas entrevistas, o que há de semelhança e diferença em relação à literatura utilizada no artigo. O terceiro e último objetivo específico é localizar pontos de ressignificação que os jovens estudados estão recorrendo.

Este artigo é fruto de uma sondagem realizada em um sistema de produção, que dentre outras atividades, possui uma pequena agroindústria. O vinho é o principal produto resultante da transformação para composição da renda familiar. Foram entrevistados dois jovens de uma mesma família, um do sexo feminino e outro do sexo masculino, sobre questões em torno da vida no campo e da sucessão familiar no rural.

A literatura permite que se faça uma comparação entre estudos semelhantes existentes e o caso a ser analisado. Portanto, o artigo se divide em três sessões.

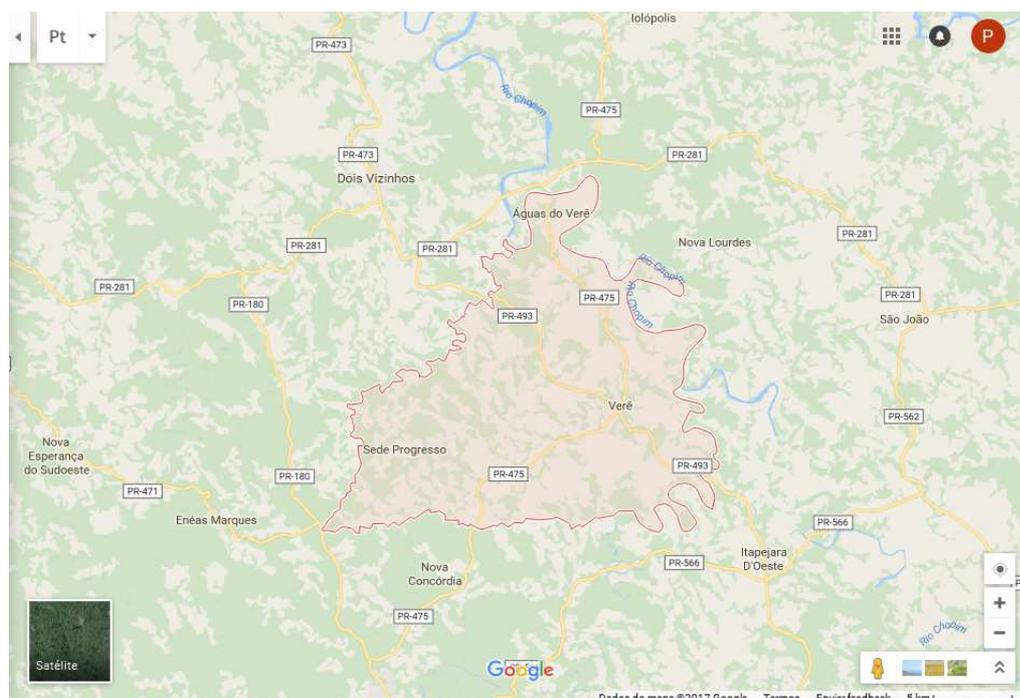


A primeira sessão posiciona o debate existente no âmbito das agroindústrias familiares, que é a realidade vivenciada no caso investigado. A segunda sessão aborda a relação dos jovens com o campo, deixando claro alguns pontos de vista que são comuns entre a juventude rural. Por fim a terceira sessão faz um paralelo entre autores e a realidade investigada no tocante a sucessão familiar, mostrando a forma como ela ocorre e as motivações que levam os jovens a continuar ou a desistir do meio rural.

## 2. LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA E METODOLOGIA

Foi realizada uma breve sondagem de campo com entrevista de dois jovens (um rapaz e uma moça) filhos de agricultores do município de Verê. O município está localizado na região Sudoeste do Paraná (Figura 1), conta com uma população de 7878 pessoas pelo censo de 2010 (IBGE, 2016).

Figura 1: Mapa com identificação do município de Verê.





Fonte: Google Maps, 2017.

A propriedade escolhida para análise possui agroindústria familiar rural, onde são produzidas 41 toneladas de uva por ano (8,5% da produção municipal), aproximadamente 25000 litros de vinho/ano, além de suco de uva e geleias. Está localizada a direita do mapa do município (Figura 1) próxima ao Rio Chopim, conta com uma área de 4 ha para produção de uva e 25,8 ha para produção de grãos (milho, soja, entre outros). A produção de vinho existe desde que os patriarcas da família residem no local, mas a produção com fins comerciais iniciou há 12 anos.

A área destinada aos parreirais possui alta e média declividade. Neste sentido a família oriunda de Erechim (RS), de cultura italiana, decidiu ocupar a área, vista como inapropriada para lavoura, para o cultivo de uva. Parte da uva é vendida “in natura”, por esse motivo a família optou por comprar, parte da uva utilizada na fabricação de vinho, de outras famílias produtoras (pertencentes ao município de Mariópolis-PR). Atualmente, além da venda indireta dos produtos, a família ainda recebe visitas de grupos de turismo e de pessoas que prestigiam a produção artesanal de vinho, estes compram os diversos produtos através da venda direta.

O sistema de produção estudado inclui quatro famílias, os patriarcas (que residem com uma filha solteira) e três filhos homens e suas famílias. Um desses filhos reside na cidade, mas continua trabalhando na propriedade paterna. Os jovens entrevistados são irmãos, netos do casal fundador da agroindústria e, foram escolhidos para a pesquisa por representarem a próxima geração, os demais indivíduos dessa geração são dois meninos com menos de 10 anos e por esse motivo não puderam ser entrevistados.

Para entender melhor o conceito de geração descrito acima Silva (2012) explica que os jovens estão mais abertos a novas ideias de mudanças sociais que os indivíduos mais maduros e, portanto, os mais velhos não fazem parte da mesma unidade geracional que os jovens. Castro (2009) afirma que juventude é uma categoria social que, via de regra, relega aqueles assim identificados a um espaço de



subordinação nas relações sociais. Os jovens analisados foram considerados como tal de acordo com o significado de juventude do local de estudo.

Os jovens foram escolhidos por estar dentro de uma realidade de agroindústria familiar rural, o que possibilita uma análise comparativa com demais estudos sobre juventude rural, buscando identificar se há diferenças entre sistemas convencionais de produção e sistemas com transformação de produtos advindos da agricultura familiar. Para verificar questões de gênero e sucessão a escolha dos dois irmãos também é pertinente, os mesmos estão em condições supostamente diferentes (sexo, autonomia, ideologia), dentro de uma mesma realidade social.

A coleta de dados foi feita com uso de entrevistas. Conforme Minayo (1999) a entrevista semi-estruturada aborda o tema proposto com perguntas previamente formuladas e possibilita ao entrevistador maior autonomia para aprofundar alguns assuntos durante a entrevista. Por esse motivo foi escolhido o método de entrevista semi-estruturada, uma vez que o entrevistador possui domínio sobre o processo, podendo interferir momentaneamente para a melhor obtenção de resultados.

### **3. O DEBATE SOBRE AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES**

As agroindústrias familiares ou indústrias rurais familiares são os estabelecimentos rurais que contam com o processamento de alimentos com a finalidade de comercialização dos mesmos. Mior (2007) define agroindústria pelos procedimentos realizados na propriedade rural, onde os indivíduos “produzem, processam e/ou transformam parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”.

As agroindústrias podem ser de exclusividade familiar ou compartilhada por um grupo comunitário, associação de mulheres, grupos de famílias vizinhas. A autonomia da produção é a essência desse modelo, uma vez que todos os integrantes do sistema detêm conhecimento sobre o processo produtivo no seu todo e, possuem participação efetiva na tomada de decisões.



As mulheres estão diretamente ligadas ao processo produtivo e a comercialização, alcançando maior autoestima por passarem a participar ativamente da sociedade. Os cursos de aprimoramento também são oportunidades para o público feminino que antes não acessava o conhecimento com frequência. Nas agroindústrias compartilhadas as mulheres ainda dividem as tarefas e o tempo, conseguindo auxílio no cuidado dos filhos (MIOR, 2008).

A escala de produção não é o foco, no entanto as exigências fiscais para o controle sanitário da qualidade muitas vezes impõem aos agricultores a necessidade de produção em escala (MALUF, 2004). Na indústria rural a comercialização está fortemente relacionada com a qualidade diferencial dos produtos, não sendo interessante a produção em grandes quantidades, por ser este um limitante à produção artesanal.

A tecnologia utilizada está muito mais atrelada aos conhecimentos repassados por gerações do que na estrutura necessária. Poucos equipamentos são necessários e na sua maioria são usualmente utilizados nas “cozinhas” regionais, de forma a não necessitar de uma grande estrutura voltada ao processo produtivo. No entanto o produto artesanal não é considerado por Silveira e Heinz (2005) como de baixa tecnologia, pois o conhecimento necessário para produzir com qualidade e diferencial, é uma tecnologia relevante. Estes são alguns motivos pelos quais o modo de controle de qualidade vigente não corresponde à realidade observada na produção agroindustrial.

Os produtos são resultado do beneficiamento de matéria prima da localidade, dando potencialidade à produção tradicional e promovendo a cultura e os costumes da população. A matéria prima é responsável pela qualidade dos produtos e também garante uma maior margem de lucro aos agricultores, sendo uma vantagem competitiva para o controle de qualidade e para a sobrevivência econômica da pequena indústria.

O resultante da indústria rural são os produtos ditos “coloniais” (WAQUIL et al, 2013) termo que confere maior aceitação pelo mercado consumidor, uma vez remete ao uso ecológico dos recursos naturais, produção limpa, reaproveitamento de subprodutos e lembranças da infância (WAQUIL et al, 2013). Ainda segundo o autor



os consumidores atribuem interesse pelos produtos (atribuindo um valor subjetivo diferentemente dos produtos das agroindústrias convencionais), logo as relações sociais acontecem intensamente.

A renda sofre alterações nesse processo de modo a garantir os gastos em geral, na maioria das vezes os gastos mensais (produtos essenciais, como os alimentos, energia elétrica, água e gás), gastos que conferem melhorias para a família (roupas, calçados, produtos de higiene e perfumaria, viagens, entre outros) e gastos para a manutenção da própria indústria rural (compra de equipamentos, investimento em embalagens e rótulos, aquisição de veículos para distribuição, entre outros).

A qualidade de vida das famílias envolvidas é melhorada, possibilitando o acesso a mais bens de consumo e serviços diferenciados, autonomia na produção, satisfação pessoal e lazer. Nesse sentido o desejo de permanecer no meio rural se sustenta por gerações, garantindo a reprodução da cultura, dos alimentos tradicionais, da economia local e nacional, contribuindo para a redução dos problemas causados pelos grandes aglomerados de pessoas (PREZOTTO, 2002). A sustentabilidade está naturalmente associada ao processo produtivo industrial, Prezotto (2002) define que:

“A sustentabilidade está, ainda, associada à viabilidade e à longevidade. Incorpora, neste caso, a idéia de um processo dinâmico e durável e além do crescimento econômico, um caráter de justiça social, de preservação das culturas locais e de recuperação e preservação ambiental. Dentro de uma harmonia homem-natureza, o desenvolvimento sustentável deve, ao mesmo tempo, oportunizar em cada local o crescimento da economia a curto, médio e longo prazos, a geração de postos de trabalho com distribuição mais eqüitativa de renda, respeitando as culturas dos locais e reconstruindo e/ou preservando o equilíbrio ambiental”. (PREZOTTO, 2002. p. 6)

Os resíduos gerados nas pequenas indústrias rurais são reutilizados no próprio sistema, seja como alimento, adubo ou outra finalidade. Logo, o ciclo é natural, não



agride o meio ambiente e garante trabalho e renda para as famílias, que por sua vez contribuem para o mercado local e para a economia como um todo.

A organização das agroindústrias em grupos, associações, cooperativas, sindicatos, ou seja, em redes proporciona maior estabilidade das vendas, fidelização dos consumidores, impacto sobre o comércio local, possibilidade de agregação de conhecimentos (por meio de cursos técnicos coletivos, palestras, encontros de aprendizagem), facilidades na aquisição de materiais por meio das compras coletivas e maior competitividade financeira. As redes conforme Granovetter (apud WAQUIL et al, 2013) fortalecem os pontos fracos que se ligam, conferindo capacidades de reprodução cada vez maiores mesmo em condições adversas.

#### **4. RELAÇÃO DOS JOVENS COM O CAMPO**

A relação da juventude rural e meio rural pode ser expressa de diversas maneiras, mas o que aparece nitidamente nas diferentes visões dos jovens é a forma em viverem suas experiências no meio rural. Ou seja, a motivação dos jovens para permanência no campo é resultado da infância e da adolescência vivida por eles neste local. Os pais e o sistema produtivo em geral são capazes de conduzir o jovem para a reprodução da agricultura familiar ou para a evasão dela, ou seja, os pais desempenham o papel de produtor biológico e social da nova geração (SILVA, 2012). Por essa capacidade inerente da agricultura é que a sucessão familiar se caracteriza como um processo endógeno, uma vez que poucos indivíduos ingressam como profissionais nesta atividade caso não sejam filhos de agricultores (CARNEIRO, 2001; SILVA, 2012; SPANEVELLO 2008)

Ambos os jovens entrevistados, incentivados por seus pais, tiveram as mesmas condições na escolha do curso superior. No entanto, o rapaz apresentou motivações para permanecer trabalhando no campo. Escolheu um curso (Agronomia) que lhe proporciona conduzir de melhor forma a produção agrícola da família e deseja dar continuidade as atividades dos pais. A jovem por sua vez, escolheu um curso (Ciências Contábeis) que lhe possibilita morar na cidade e atribuiu características de afinidade com a área escolhida, afirmando que não tem interesse, no momento, em



dar sequência às atividades da agroindústria ou da produção agrícola. Esse efeito é explicado por Stropasolas (2004), sendo que a naturalidade com que as jovens enxergam sua saída do meio rural se deve ao processo de exclusão/inibição das moças na produção agrícola.

“Diversos depoimentos indicam que as moças que saem para estudar não regressam mais às comunidades rurais e que elas, ao buscar os estudos, recusam o casamento com os filhos de agricultores porque isso representa a continuidade da condição social da mulher na agricultura, condição vivida por suas mães e que elas não pretendem reproduzir.” (STROPASOLAS, 2004. p. 19).

A jovem informou, durante a entrevista, que considera a moradia no meio rural menos agitada (o que seria positivo na visão dela) e que a moradia citadina oferece maiores disponibilidades, contudo apontou ser “mais cômodo morar na cidade por causa do trabalho”. O rapaz iniciou sua fala exprimindo que considera a vida no campo melhor, sendo assim se pode identificar, indiferente das seguintes afirmações (que sugerem prós e contras), uma preferência explícita pela moradia no campo:

*Considero a vida no campo melhor. Porque não há tanto compromisso com horário de trabalho (apesar de as vezes ultrapassar 10 horas por dia), e a rotina no interior não é tão monótona como vejo ser na cidade. E também por ser um lugar calmo e mais tranquilo. (rapaz entrevistado, 20 anos)*

Para Castro (2005) a saída dos jovens das áreas rurais nem sempre é definitiva e em muitos casos se mantêm formas de continuidade. Brumer (2008), em sua pesquisa de campo relacionada a juventude rural e questões de gênero, verificou que a intenção dos entrevistados não estava de acordo com a tendência de evasão, portanto concluiu: “Ora, se os jovens da agricultura familiar, de modo geral, pretendem permanecer no meio rural, se não o fazem, é porque as condições de permanência os impelem” (BRUMER, 2008. p. 6).

A escolha entre “ficar e sair” do campo é mais complexa do que a simples atração pela cidade (CASTRO, 2009). A juventude rural deve ser vista como uma categoria social afetada pelas realidades deficitárias do meio rural. Existem outros



aspectos a serem analisados para uma melhor compreensão da escolha final feita pelos jovens do rural brasileiro. A falta de autonomia, a dificuldade no processo sucessório, o modo de vida e as diferenciações de gênero presente na agricultura familiar acaba impelindo parte da juventude rural. Neste sentido, as políticas públicas de inclusão do jovem na vida rural precisam ser remodeladas a fim de atender aqueles que são responsáveis pela produção agrícola futura.

A aposentadoria é uma renda adicional aos agricultores familiares que está garantindo a permanência dos idosos no meio rural. Esta é uma conquista que possibilita melhores condições para que os jovens permaneçam no campo (GODOY et al., 2009). Uma vez que o direito a aposentadoria é garantido aos trabalhadores rurais, a população jovem visualiza um futuro mais seguro e com condições semelhantes às condições citadinas. No entanto as condições de aposentadoria para o meio rural ainda poderiam ser remodeladas para atender melhor as necessidades desta população, deixando-a em condições igualitárias às pessoas do meio urbano.

Uma segunda alternativa encontrada pelas famílias rurais é a pluriatividade, isto é a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas. Para Godoy e seus colaboradores (2009) a prática possibilita o aumento da renda para a família, revitaliza o espaço rural e suas funções e promove estímulo para permanência dos jovens.

A autonomia financeira aparece como uma vantagem importante aos jovens entrevistados, o que os iguala aos demais filhos de agricultores estudados em outras pesquisas. O rapaz entrevistado, ainda na condição de estudante, usufrui de uma bolsa concedida pela universidade. Ele afirma que seus pais não são rígidos para conceder os bens que deseja porque sabem que ele não “esbanja o que tem”, porém explica que a bolsa dá maior liberdade na hora de efetuar gastos.

A jovem entrevistada já deixou a casa paterna, reside em outra cidade e trabalha em uma empresa. Por sua vez, relatou que todas as suas necessidades são pagas com o próprio salário. Percebeu-se, com base nos relatos, que desde muito jovens esses filhos de agricultores buscam alternativas para garantir renda externa à produção agrícola, seja para auxiliar nos gastos familiares ou para garantir



independência. A saída das áreas rurais, geralmente em função do casamento ou do estudo, pode representar uma busca por autonomia, mas não significa uma ruptura com as redes familiares e de amizades (CASTRO, 2005).

Quando lhes foi solicitado responder sobre o modo de vida de seus pais, utilizando as variações pré-estabelecidas na pesquisa: ruim, regular, bom ou ótimo as respostas apresentaram uma diferença importante. O rapaz atribuiu a condição de vida dos seus pais como “ótima” e a moça como “boa”. Essa diferente visão está vinculada a questões de gênero, como apontam as conclusões de outros estudos (STROPASOLAS, 2004; PAULILO, 2004) onde a condição masculina dos jovens se difere da feminina.

Os rapazes normalmente possuem mais autonomia e liberdade em relação às moças, além de serem inseridos com mais facilidade nas atividades de produção. Enquanto que as jovens são destinadas ao serviço doméstico e observam a condição de submissão e invisibilidade de suas mães, raramente contribuindo de maneira a gerar satisfação pessoal dentro da produção agrícola da família.

Os jovens foram indagados sobre as vantagens e desvantagens das atividades desenvolvidas pelo seu pai e pela sua mãe separadamente, as respostas vão ao encontro a outros estudos em alguns sentidos conforme segue:

*Na parte do meu pai a desvantagem é a questão do trabalho no campo ser duro e exaustivo. Porém como vantagem acredito que ele goste desse ramo de trabalho e traz uma boa renda. Por parte da mãe acredito que a desvantagem seria a repetição das mesmas coisas todos os dias e não ter renda direta sobre o que ela faz. A vantagem é que o serviço é leve e mesmo que não tenha renda, ela não fica sem os bens que necessita. (rapaz entrevistado, 20 anos)*

Na visão do jovem o trabalho do pai gera renda e satisfação, mesmo que seja exaustivo. Já o trabalho da mãe é considerado “leve” e não gera renda direta, mesmo reconhecendo que seja um trabalho cansativo. Essa visão não é localizada, muitos jovens visualizam suas realidades da mesma forma. O trabalho feminino é desvalorizado e invisível nos sistemas agrícolas no momento de compor a renda



familiar. Paulilo (1987; 2004) aborda a consideração do trabalho feminino como “leve” ou como “ajuda” em seus estudos.

“A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais - daí a expressão ‘trabalho invisível’ – é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família” (PAULILO, 2004. p. 235)

Para a autora a reprodução social depende das mães, sendo assim a responsabilidade de criar novos adultos que se dediquem à produção de alimentos recai sobre elas. Neste sentido, além do trabalho as mulheres são responsáveis pelo futuro da agricultura familiar. No entanto, elas estão sendo desvalorizadas e desmotivadas diariamente.

Durante a entrevista a moça foi colocada em uma situação hipotética, na qual seus pais não teriam nenhum sucessor para o sistema de produção, foi questionada ainda por qual atividade (transformação ou produção de grãos) teria mais prazer/facilidade em dar continuidade. A jovem respondeu:

*Eu voltaria e daria continuidade à atividade deles, a atividade de agroindústria seria mais prazerosa, mas acho necessário manter as duas pela diversidade da produção. (moça entrevistada, 22 anos)*

Fica claro que, pela relação que os jovens pesquisados possuem com o meio rural, é muito difícil abandonar ou vender a propriedade de seus pais. Mesmo tendo optado por deixar o campo, em situações extremas teriam vontade de voltar para continuar a produção. Esse sentimento fica ainda mais explícito quando se trata da produção agroindustrial, uma vez que a atividade já se encontra na terceira geração da família e carrega uma bagagem histórica, não sendo apenas uma fonte de renda.

A indústria rural é capaz de reconectar o agricultor na sua produção. A modernidade alterou os processos de produção e afastou as pessoas do produto final.



A descampesinização é o processo pelo qual os agricultores deixaram de ser protagonistas das suas próprias histórias:

Descampesinização é entendido como o processo ocorrido em consequência do impacto decorrente da ruptura dos sistemas agrícolas tradicionais, e da erosão das matrizes sócio culturais nas quais estes sistemas estão inseridos, ambos originados da hegemonia de um modelo de desenvolvimento produtivo-urbano industrial. Na perspectiva da Agroecologia, a Revolução Verde pode ser interpretada como a última fase de um processo massivo de descampesinização, realçando as características de um modo industrial de uso dos recursos naturais, e com predomínio de forte dependência das relações de mercado. (STRAUCH, 2009. p. 3690)

Talvez seja por meio da produção artesanal que o vínculo do agricultor com a terra e a produção possa ser mantido ou reestabelecido. Sendo assim os jovens terão mais motivos para permanecer no meio rural e dar novos significados a esta permanência. No entanto a sondagem realizada serve apenas para apontar caminhos, sendo que não possui representatividade amostral para uma dada conclusão.

## 5. SUCESSÃO FAMILIAR E SEUS DESAFIOS

A sucessão familiar, segundo Godoy et al. (2009) é o processo de formação de novos agricultores e relaciona três etapas: transferência patrimonial, continuação da atividade patrimonial paterna e, retirada das gerações mais velhas da gestão.

Na tomada de decisão sobre a produção os dois jovens relataram não participar ativamente, o rapaz afirmou que por conta dos estudos não tem tempo de participar das decisões cotidianas. A moça relatou que apenas troca informações com a família sobre as decisões, mas não opina diretamente.

A produção é conduzida pelo patriarca, juntamente com seus três filhos, noras e netos. Porém nenhum dos jovens (que são netos) possui financiamentos próprios, isso fica a cargo dos três filhos do patriarca. O rapaz afirma que já sugeriu fazer



financiamentos, indicando a forma tímida, mas existente da sua introdução ao processo produtivo. O fato de possuir algum tipo de financiamento poderia identificar uma participação ativa dos jovens (MELLO et al., 2003). Porém, neste caso em especial, a informação não é tão relevante pela alta disponibilidade de pessoas adultas que podem contrair dívidas. Além disso, os pais, nestas ocasiões, buscam proteger os filhos do endividamento. Sendo que dessa forma possibilitam aos mesmos uma maior liberdade para utilizar o crédito (muito valorizado pelos agricultores) em situações futuras.

A modernização levou um agravamento das condições de vida dos agricultores, levando muitos ao endividamento (GODOY et al. 2009), logo a proteção dos pais em relação ao crédito dos seus filhos tem motivação no passado, onde o uso exagerado do crédito acabou por excluir muitos agricultores do rural devido ao endividamento. O processo produtivo moderno que se volta ao mundo industrial marcou a produção agrícola brasileira, excluindo várias práticas e processos antes utilizados pelos agricultores. Outras formas de produzir foram levadas ao meio rural, incentivando o uso das mesmas pelas famílias e em outros, casos tornando a adoção das práticas a única forma de reprodução econômica no campo. O capitalismo trouxe para os agricultores o espírito de inovação, utilização de crédito e concorrência com os demais.

Ao ser interrogada se casaria com alguém relacionado à agricultura ou que desejasse viver no meio rural, a jovem respondeu ser uma característica indiferente no processo de escolha. O rapaz seguiu a mesma linha de pensamento no tocante as atividades desenvolvidas, mas frisou que a sua futura esposa deveria ter afinidade com as atividades agrícolas:

*Pretendo me casar, porém acho que não seja necessário ser com alguém vinculado diretamente a área agrícola. Mas esta pessoa deve gostar deste ramo, pois é onde eu vou trabalhar posteriormente. (rapaz entrevistado, 20 anos)*

Assim como no caso estudado, os jovens rapazes normalmente não fazem exigências quanto à origem de suas parceiras porque está cada vez mais difícil encontrar moças, filhas de agricultores, dispostas a reproduzir o modelo vivido pelas mães. Para Stropasolas (2004) o sonho de receber um 'sim' em uma cerimônia



matrimonial é precedido de muitas interrogações, levantadas, sobretudo pelas moças ‘acostumadas’ a receber um ‘não’ na sua realidade cotidiana.

Uma alternativa encontrada por jovens agricultores descritas em estudos como Castro (2009) e Carneiro (1999) é o “modelo rurbano”, ou seja, um projeto de vida diferenciado que permite conciliar a vida no campo com outras atividades desenvolvidas na cidade. O modelo rurbano é definido por Carneiro (1999) da seguinte forma:

“As dificuldades enfrentadas nos centros urbanos por um jovem de origem rural, com qualificação profissional e níveis de escolaridade geralmente mais baixos que os da cidade, a inexistência de uma parentela de apoio, a obrigação de pagar caro pela moradia, pelo transporte e pela alimentação, têm levado os jovens a ‘descobrirem’ que podem ter um padrão de vida bem satisfatório no campo onde contam com um conjunto de facilidades inexistentes na cidade, sobretudo a de moradia. Estabelecer residência na localidade de origem passa a ser valorizado não só por motivos econômicos, mas também em decorrência da relação com a vida rural pelos moradores da cidade. Abrir novas alternativas de trabalho no campo é um projeto que surge em função da perspectiva de estreitamento dos laços com a cidade, favorecido pelas facilidades dos meios de comunicação. É nesse contexto que os ideais da juventude rural apontam para uma síntese, que definimos como projeto de vida rurbano.” (CARNEIRO, 1999. p. 13)

A aceitação deste modelo pode estar contribuindo uma prática de ressignificação dada pelos jovens com relação ao modo de vida rural. Depois da decisão de permanecer no meio rural, os jovens entram em conflito consigo mesmos e acabam optando pela reprodução ou ressignificação dos padrões culturais da vida no campo (SILVA, 2012). Alterar alguns padrões gera uma nova agricultura, onde os jovens



assumem a posição de novos atores do processo (LONG, 2007). O modelo sugere uma forma de ressignificação da vida no campo.

Referente ao modelo 'rurbano' houve aceitação por parte dos jovens entrevistados desde que haja possibilidades viáveis no que diz respeito ao custo benefício da opção:

*Acho super válido as pessoas que adaptam suas rotinas a seu estilo de vida.. Enquanto algumas preferem trabalhar na cidade e morar no campo, por ser mais calmo, outras preferem o contrário. Depende do estilo de vida de cada um. (moça entrevistada, 22 anos)*

*Penso que é gosto de cada um. Cada pessoa deve ter uma preferência de moradia que lhe satisfaça mais. Utilizo o modelo, moro no interior, porém vou para a cidade para estudar, não para trabalhar. Considero uma boa alternativa. Acredito que futuro possa ser uma opção desde que seja viável. (rapaz entrevistado, 20 anos)*

Quando indagados diretamente sobre o processo sucessório, as respostas variaram entre os irmãos. Para a jovem entrevistada "existe uma organização prévia de quem será o sucessor", já para o rapaz "está subentendido de como vai funcionar o processo sucessório". As respostas apontam para uma realidade que exprime uma preocupação com a sucessão, mas que não envolve um diálogo aberto no momento. Muitas famílias vivem a mesma situação por ser um assunto delicado a se tratar, conforme explica Mello et. al (2003).

Mello et al. (2003), obteve resultados de pesquisa semelhantes, mostrando que cada indivíduo da família estudada por ele tinha uma opinião diferente a respeito. Quando o diálogo não ocorre, as visões de cada indivíduo são diferentes, e são feitas também suposições sobre os demais indivíduos da família.

No caso analisado para este artigo o rapaz afirmou que, dentre os possíveis sucessores, não será a moça da família a escolhida, porque a mesma não demonstrou interesse e já está trabalhando fora da propriedade. Isso é uma interpretação do rapaz, não é resultado de diálogo.

Mesmo que seja real a falta de interesse da jovem, essa realidade tem vários motivos envolvidos. As moças apresentam falta de motivação pelas atividades



agrícolas, muitas vezes essa característica é desenvolvida pela invisibilidade que as mesmas possuem no sistema produtivo e pelas desvantagens que identificam nas atividades desenvolvidas pelas mães, buscando alternativas diferentes para suas vidas (MELLO et al. (2003; STROPASOLAS (2005). A participação das jovens na qualidade de agricultoras não são garantidas à elas, com diversas atitudes que as inibem e afastam do espaço rural, como alerta Mello e seus colaboradores (2003).

No passado o sucessor era escolhido pelo sistema de “minorato”, onde o filho homem mais novo seria o responsável pelos pais na velhice e, com isso adquiria o direito da terra (MELLO, et al. 2003). Os demais filhos recebiam outras compensações (estudo, lotes na cidade, entre outros). Atualmente os pais aceitam melhor os projetos individuais dos filhos (CARNEIRO, 1999), escolhendo, para permanecer na propriedade, aquele ou aqueles que apresentam maior afinidade pela atividade. Os demais continuam recebendo compensações que dizem respeito ao estudo ou alguma outra estratégia que possibilite uma renda na cidade. A problemática envolvida aí é a falta de comunicação entre os indivíduos, o que não abre tantas possibilidades reais de sucessão às moças. Muitas vezes os pais possuem uma percepção em relação aos seus filhos, quando na realidade falta diálogo aberto para discutir os rumos da sucessão familiar.

Os dois jovens relataram que o processo sucessório será lento e gradativo. Os agricultores familiares possuem dificuldades em definir um marco sucessório, diferentemente de outro sistema produtivo, como uma empresa convencional:

*Assim que estiver preparado. Porque não há uma linha divisória entre assumir ou não, o trabalho é em conjunto. As coisas vão acontecendo com o passar do tempo. (rapaz entrevistado, 20 anos)*

Para Mello e seus colaboradores (2003) o processo de passagem definitiva da gestão depende mais da capacidade e disposição do patriarca do que as necessidades do sucessor. Sendo assim, a propriedade corre riscos de enfraquecer economicamente, uma vez que essa passagem pode gerar conflitos familiares que comprometam a produtividade do sistema de produção. Além disso, segundo o



mesmo autor, o casamento do filho sucessor pode acelerar a transição da gestão na unidade familiar.

Fazendo suposições de gerência aos possíveis sucessores entrevistados, ambos relataram que não há muitas mudanças a serem feitas no processo produtivo. Diferentemente da maioria dos jovens de outros trabalhos (MELLO et al., 2003; CARNEIRO, 1999), que observam algumas mudanças necessárias para a continuidade da atividade. Porém este dado pode estar sendo otimista, uma vez que os jovens possuem pouca idade e, talvez, não tenham se interessado a pensar sobre o assunto ou vivenciado alguma situação de conflito geracional. Conflito geracional para Silva (2012) significa:

“Por exemplo, em uma unidade de produção da agricultura familiar, a forma como o jovem, filho do agricultor percebe este espaço e como planeja atuar nele, é diferente da percepção do pai, sendo esta uma das razões dos conflitos intergeracionais dentro da família de agricultores.” (SILVA, 2012. p. 5)

O jovem é o personagem sobre o qual a sociedade deposita suas crenças, suas esperanças futuras, o elemento de renovação, mas ao mesmo tempo uma ameaça (STROPASOLAS, 2005). A falta de autonomia, a dificuldade em se inserir nas atividades, a dificuldade em conseguir uma jovem que queira continuar no campo, dentre outros problemas descritos, levam a perceber que a maior ameaça é o conflito geracional, que tem uma evidente capacidade de afastar os potenciais jovens sucessores. A forma com que os jovens, sejam eles homens ou mulheres, são inseridos ou excluídos das atividades da agricultura familiar definirá o futuro da mesma.

## 6. CONCLUSÕES

A juventude rural é uma categoria heterogênea, complexa e que precisa ser mais bem compreendida. O entendimento sobre as necessidades dos jovens

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



conduzirá a melhores políticas de desenvolvimento. Somente reconhecendo as motivações e as decepções da juventude é que se pode buscar um balanço, através de políticas de crédito, incentivo e/ou orientação técnica, que possibilite melhores condições para a sucessão familiar acontecer de forma a garantir a sequência da produção agrícola familiar e o desenvolvimento da regional.

O processo sucessório ainda tímido e cheio de conflitos é a chave para o repasse da terra e dos meios de produção na agricultura familiar. A sucessão garante a continuidade da produção de alimentos, portanto novos estudos na área são de grande importância para melhorar o processo e promover melhorias no sistema alimentar.

A agroindústria familiar pode estar conferindo melhorias na situação dos jovens e na sucessão das propriedades, no entanto a entrevista realizada neste estudo não foi para levantar conclusões mais evidentes sobre esse processo. Mesmo assim foi possível perceber que a atividade agroindustrial cria laços diferentes e mais intensos entre os jovens e a produção (diversificação, renda, etc.), garantindo com mais facilidade a sua continuidade.



## 7. REFERÊNCIAS

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X. Cap. 3. p. 71-110. 2009.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. XXII Congresso Internacional da Latin American Studies Associations (LASA), Hyatt Regency Miami, março/2000.

BRUMER, Anita; PANDOLFO, Graziela Castro; CORADINI, Lucas. Gênero e Agricultura Familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. Florianópolis, SC. 2008.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: F.C. TEIXEIRA DA SILVA et al. (orgs.), Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1999.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. 24º Encontro Anual da ANPOCS. 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. In: Revista Latinoamericana de Ciências Sociais Niñez. p. 179-208. 2009.

GODOY, Cristiane Maria; PÉREZ, Flávia Inês; WIZNIEWSKY, Jose Geraldo; GUEDES, Ana Cecília; MORAES, Cleia. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. 49º Congresso da SOBER. Campo Grande, MS. 2009.



GOOGLE MAPS. Disponível em:  
<https://www.google.com.br/maps/place/Ver%C3%AA+-+PR/@-25.8480266,-53.1095472,11z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94f03e055fb6a5fb:0xc726ddc2f5a1fc30!8m2!3d-25.8778571!4d-52.9059269>. Acesso em 28/02/2017.

IBGE, Cidades. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412860>. Acesso em 28/10/2016.

LAMARCHE, Huges. (coord.) L'agriculture familiale. 1. Une réalité polymorphe. Paris, L' Harmattan, 1993. 304 p. 2. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994. 303 p.

LONG, N. *Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. Colección Investigaciones. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaios FEE, Porto Alegre, RS. P. 299-322. V. 25. 2004.

MELLO, Márcio Antônio de; ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; DORIGON, Clovis; FERRARI, Dilvan Luiz; TESTA, Vilson Marcos. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. Agric. São Paulo, SP. p. 11-24. 2003.

MENDONÇA, Kênia Fabiana Costa; RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG. 2008

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_ (Org.) Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 14. ed. Ed. Vozes; Petrópolis, 1999.

MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. Colóquio Internacional de Desenvolvimento rural sustentável**. Florianópolis- SC. 2007.



MIOR, L. C. **Trajetórias das Agroindústrias Familiares Rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil)**. IV Congresso Internacional de la Red SIAL. Mar del Plata-Argentina. 2008.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista de Estudos Feministas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Janeiro-abril, p. 229-259. 2004.

PREZOTTO, L. L. *Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte*. Revista de Ciências Humanas. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. N. 31, abr. 2002. p.133-154.

SILVA, Elisabete Joaquina da. Jovens Agricultores: entre a reprodução e a ressignificação da vida no campo. 2012.

SILVEIRA, P. R. C. da; HEINZ, C. *Controle de Qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos*. **Seminário sobre Agroindústria Familiar e Desenvolvimento Rural**, São Luis Gonzaga-RS, 2005. Anais, São Luis Gonzaga: UERGS, 2005. CD-ROOM.

SPANVELLO, Rosani Marisa. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

STRAUCH, G. *Agroecologia e Recampesinação: reflexões a partir da comunidade de Vieira, Município de Teresópolis, RJ*. Ver. Bras. De Agroecologia. V. 4. N. 2. 2009. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/4841/3570>. Acesso em 10/08/2016.

STROPASOLAS, Valmir. O valor (do) casamento na agricultura familiar. Revista Estudos Feministas/Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p.253-267, 2004.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



STROPASOLAS, Valmir. Juventude rural: uma categoria social em construção. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, MG. 1996.

WAQUIL, P. D. ; SANTOS, S. J.; FISCHER, A.; SEHNEM, S.; GIANEZINI, M. *Padronização de Produtos das Agroindústrias Rurais e a Inserção nos Mercados*. REDES- Revista Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul. Maio/ago 2013. N. 2. P. 155-176.